

A MODA E O TRAJE MILITAR

A Gênese do Uniforme no século XVII

Por
PAULO MORAIS ALEXANDRE
Professor de História do Vestuário e da Moda

Introdução

A ligação do vestuário civil, ao longo de toda a sua história, ao traje militar é iniludível. As modas civis vêm, pelo menos desde Roma, influenciando a maneira de vestir dos militares, algumas vezes de forma dramática, como o uso dos calções/bragas característicos dos gauleses, pelos soldados das legiões romanas, que chegaram a determinar a sua condenação à morte por uso de roupa bárbara; outras vezes, como em Portugal durante a Idade Média, tal influência revestiu-se de uma certa comicidade, como no episódio relatado por Fernão Lopes na Crónica de D. Fernando, relativo à guerra entre Portugal e Castela no ano de 1382. Refere o cronista que sendo os portugueses grandes adeptos da moda, calçavam pontilhas – os célebres sapatos cujas pontas facilmente atingiam mais de trinta centímetros, pelo que o rei os forçou a cortar as bicudas excrescências antes do combate!

Tentar produzir uma pesquisa sobre a inter-relação e interpretação que a Moda e o traje militar enfermam ao longo da História obriga a algumas considerações prévias, já que alguns conceitos operatórios devem ser aclarados.

1. Moda, como foi definida por Gabrielle Chanel é o que passa moda², ou seja a Moda é o oposto ao perene, visa satisfazer um instante para logo de seguida provocar uma corrida ao consumo de novos produtos, efémeros também eles. Perante tal, o conceito de vestuário Militar deveria estar nos antípodas, já que o traje militar visa uma operacionalidade muito próxima do design. A peça de vestuário usada pelo militar deve corresponder ao seu DESIGNIO.

2. Ao nível histórico as características dos trajes militares nem sempre se relacionaram com a sua principal função – um vestuário ideal para a Guerra, pelo que a alínea anterior não corresponde necessariamente à verdade; houve pelo contrário muitas peças de fardamento unicamente motivadas pela futilidade da moda.

3. O vestuário militar, mais do que uma forma de vestir, num determinado período e de um modo idêntico, uma determinada categoria de pessoas – os militares, representou em termos históricos e representa ainda na actualidade, um papel de importância extrema, quer a nível cultural, quer a nível social.

4. Fazemos parte de uma civilização que é marcada por uma cultura, onde o valor da imagem, tem uma importância extrema e na qual e em relação às forças armadas o uniforme militar tem tendência a funcionar como primeiro elemento e espelho dos valores dominantes de uma mentalidade muito própria da instituição castrense em ligação com a sociedade civil. Daí a preocupação extrema que os comandos têm sempre votado à correcção na forma e no porte do uniforme.

5. A maneira como os diversos corpos militares se vestiram e vestem, funciona como um excelente meio de interpretação psicológica e sociológica, permitindo-nos compreender melhor as ideias, pensamentos e mesmo preconceitos de uma determinada época.

6. Os múltiplos elementos que compõem o fardamento e a sua utilização em termos de escala hierárquica, podem-se elucidar sobre os diversos padrões de consumo das diferentes patentes, ou seja, podem ser utilizados como indicador sócio-económico.

7. Por último o vestuário militar, revela a imagem que a instituição castrense quer, ou quis, em termos históricos, comunicar de si própria – as armaduras, fardas, insígnias, adornos, camuflados, etc., foram e serão sempre máscaras cuja principal função é escamotear o real, ou pelo contrário ressaltá-lo.

A moda civil e o aparecimento dos fardamentos militares

Para se fazer um estudo sério do vestuário militar ao longo de várias épocas e particularmente do século XVII, por razões que adiante serão aduzidas, é necessário fazer um cotejamento com o traje civil da mesma

IMARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa, Livraria, Sá da Costa, 1987, p.43.

² Citada por MILJE, Hervé. *The Chanel Wardrobe and Casket of Costume Jewellery – Sale of the Personal Collection of Chanel*. Catálogo do leilão, Londres, Christie's, 1978, s.p.

época. Sobre este assunto cite-se Manuel Ribeiro Rodrigues, que nunca notável série dos artigos que tem vindo a publicar no *Jornal do Exército* nos diz:

«...A moda civil influenciou a evolução do uniforme, e é necessário ter isso sempre em conta. Quando se examina um traje militar de um determinado período, pode-se constatar que a diferença entre o traje civil e o traje militar é mais semelhante do que se poderia pensar à primeira vista. É o caso dos tricórneos, bicórneos, casacas, sobrecasacas, meias de seda, jarreteiras, cabeleiras, rendas, etc., que tanto eram utilizadas por civis como por militares.³»

A partir deste cotejamento, poder-se-ão obter algumas chaves para decifrar as razões de certas vestimentas que caracterizaram os diversos corpos das Forças Armadas Portuguesas.

Ao produzir-se uma genealogia do uniforme tem necessariamente que se aludir às librés que remontam aos tempos medievais: podemos verificar que, pelo menos desde o início da Dinastia de Avis, que são várias as tentativas de vestir de um modo idêntico os militares, no entanto nesta altura a principal preocupação com o vestuário, mais do que relativa ao traje de combate, prendia-se com o traje festivo a usar em paradas e guardas de honra. Poderemos então afirmar, que mais do que um uniforme, se procurava então uma libré de aparato.

Fernão Lopes na sua *Crónica de El-Rei D. João*, ao descrever a entrada do Mestre de Avis na cidade de Lisboa, refere ter sido fornecido o mesmo pano para vestir 210 «lanças» pagas pela cidade «para todos irem duma libré».

No século XVI as guardas do Duque de Bragança, do Arcebispo de Lisboa ou mesmo do Meirinho da Corte, já podiam ser reconhecidas pela população pelas suas cores próprias⁴. Sabe-se ainda, através das descrições de Damião de Góios na *Crónica do Rei Venturoso* que a guarda do duque de Bragança trajava de calças, gibões e gorros de pano branco, com cruzes vermelhas no peito e nas costas⁵.

O aparecimento do uniforme e os trajes militares de «capricho»

A generalização da aplicação do termo «uniforme» ao vestuário militar só faz sentido com o

aparecimento dos exércitos permanentes, na centúria de seiscentos, data em que começa a haver a tendência para a uniformização do vestuário militar. Edoardo Mosca, no artigo «Sull'evoluzione dell'uniforme militare tra i secoli XVII e XVIII» considera que até 1650 não existiam verdadeiramente uniformes, como se conhecem no sentido moderno, embora os soldados se vestissem mais ou menos de forma idêntica, tal devia-se, não a legislação ou ordens nesse sentido, mas sobretudo por questões práticas, motivadas pela sua profissão, sendo alguma uniformidade dada pelo armamento comum a cada especialidade – piqueiros, arcabuzeiros, etc., tal vestuário não deferia muito do usado pelas gentes do campo⁶.

O século XVII viu nascer os uniformes, mas talvez tenha sido também, a época em que mais se tergiversou relativamente ao vestuário militar, já que estes traduziam mais o capricho de quem os envergava do que as exigências regulamentares, que como sabemos eram pouco ou nulamente definidas⁷. Este facto levou alguns uniformólogos como Manuel Ribeiro Rodrigues a designá-los por «Uniformes de Capricho», a nosso ver erradamente, já que não se trata do abastardamento ou modificação de um uniforme, mas antes a adaptação do vestuário civil a uma função militar de forma completamente individualizada.

As primeiras tentativas de uniformizar os corpos do exército bem sucedidas, remontam apenas ao século XVII, por volta do ano de 1632, data em que aparecem os primeiros ensaios de uniformes militares, com os Regimentos azuis, amarelos e verdes de Gustavo Adolfo⁸, numa altura em que em Portugal as forças se vestem sem este tipo de preocupações, veja-se a iconografia disponível sobre a época e mesmo em alturas posteriores, como por exemplo nas guerras da Restauração, onde e apesar de todas as tentativas regulamentares de D. João IV, alguns militares usam na cabeça o morrião de aço, enquanto outros usam o típico chapéu braguês⁹, já para não falar das variações das calças e gibões.

Em Inglaterra com a criação do «New Model Army», aquando da guerra civil tinha sido Cromwell que tinha vestido uniformemente os seus regimentos de vermelho e como inovação das inovações, estes eram pagos regularmente¹⁰.

3 RODRIGUES, Manuel Ribeiro. «Uniformes Militares» in *Jornal do Exército*, Lisboa.

4 LOPES, Carlos da Silva. «Contribuição para o estudo dos uniformes militares portugueses desde 1664 até 1806» in *Documentos e Memórias para a História do Porto*, 1958, XXIX.

5 IDEM, *Ibidem*.

6 MOSCA, Edoardo. «Sull'evoluzione dell'uniforme militare tra i secoli XVII e XVIII», in *Studi Piemontesi*, Turim, Centro Studi Piemontesi, 1976, Março, vol. V, fasc. 1, p. 111.

7 ROSA, Cor. José Luís Trinité. *Uniformologia*, edição fotocopiada em Lisboa pelo centro de Estudos de História Militar, 1987/88, vol. 1, p. 28 (trata-se de uma obra em três volumes, destinada a auxiliar o investigador de uniformologia, onde se analisam e definem conceitos básicos, que merece ser objecto de publicação).

8 FUNCKEN, Fred e Liliane. *Le costume et les armées des soldats de tous les temps*, s.l., Casterman, 1966, p. 124.

9 CUTILEIRO, Alberto. *O uniforme Militar na Armada*, Lisboa, Amigos do Livro, 1983; vol. 1, p. 104.

10 FUNCKEN, op. cit., p. 124.

Em França o uniforme foi timidamente introduzido, por alguns comandantes que tinham atribuído aos seus homens vestes semelhantes, tratando-se no entanto de manifestações de carácter individual e esporádicas.

Em Portugal pode-se considerar que a primeira tentativa de criar um corpo de exército permanente se dá em 1618, data em que é criado o «Terço da Armada da Coroa de Portugal», embora só depois de 1640 se deu seguimento à legislação sebástica, que previa um fundo de recrutamento, necessidade básica para a constituição de um exército permanente¹¹.

Foi no tempo de El-Rei Dom Afonso VI, que um estrangeiro, o francês Conde Schomberg, mercê de estar encarregue de uma importante e completa reorganização de toda a estrutura militar portuguesa, desde a composição dos corpos e treino dos mesmos até à própria estratégia no teatro de guerra, iria fazer as primeiras tentativas de vestir os corpos do Exército, na altura denominados «Terços», de forma uniforme, o que parece fez de acordo com a última moda francesa¹²; assim em 1664 e pela primeira vez em Portugal, o nosso exército adoptou uma casaca idêntica no corte e na cor, para fardamento dos seus homens¹³.

Estes primeiros uniformes encontram-se descritos nas Memórias de António de Sousa Macedo, depois transcritas por Eduardo Brazão¹⁴, atente-se à saborosa prosa:

«Sexta-feira 18 de Abril se embarcaram para a Aldeia Galega os terços de infantaria da guarnição da Armada de que é Mestre de Campo Simão de Vasconcelos e Sousa, irmão do valido, tendo nos dois dias antecedentes passeado no Terreiro do Paço, para que lhe vissem as casacas, que eram todas germanadas nas cores. O terço da armada de verde e fôrro amarelo, trajando as mesmas cores o mestre-de-campo e oficiais.

Introduziu-se esta gala pelo conde Schomberg. A introdução se aprovou porque além de fazer vistoso o exército com a variedade, esta distinguia os terços e estimulava os soldados nas ocasiões, vendo-se deixar atrás de outros conhecidos sem que a indiferença tirasse o louvor a quem o merecesse. Esta despesa saiu dos socorros dos mesmos soldados que com comodidade ficaram vestidos».

Até ao século XVII não existiam como vimos uniformes e o militar vestia-se de acordo com as modas civis, que podiam ser aligeiradas ou não, variando a

riqueza do traje de acordo com o posto/posição social do militar que o usava.

O uso de uniformes ficou completamente estabelecido no início do século XVIII, como se pode comprovar pela leitura do «Regimento dando nova forma à Cavalaria e Infantaria», datado de 1707, Novembro 15, onde o Rei D. João V, estabeleceu o pagamento de 53 réis diários para os soldados, cativando no entanto 23 réis, para pagamento da farda que lhes era fornecida¹⁵.

O condicionamento do vestuário militar pela moda

Apesar de ter características próprias, a forma dos primeiros uniformes, foi muito condicionada, e por vezes mesmo determinada pelas modas civis, tal facto é verificável pelo menos até às grandes alterações no uniforme, motivadas sobretudo pela evolução da ciência militar na Primeira Guerra Mundial.

Em Portugal até 1640 o traje dos militares era nitidamente influenciado pelas modas espanholas, tal verificava-se também nos outros países europeus de tradição católica, sendo as vestes usadas, ricamente ornamentadas com bordados, fitas, passamanarias, galões, etc., às quais e quando em combate eram acrescentadas peças de específico carácter militar, como peças de armadura, sendo também os chapéus emplumados substituídos pelo morrião de aço¹⁶.

A partir da Restauração as modas francesas tornam-se dominantes contribuindo para isto as diversas políticas de alianças, e lembre-se que Portugal teve em Richelieu um apoiante da sua independência face a Castela, sendo então todo o vestuário português influenciado por França e consequentemente também o traje militar, hegemonia esta que se manteria pelo menos até ao século XIX.

Sintomático da predominância francesa na moda em Portugal a partir da segunda metade do século XVII, é o facto das personagens que encontramos retratadas no magnífico silhar de azulejos, que representa a Batalha das Linhas de Elvas na Sala das Batalhas do Palácio dos Marqueses de Fronteira em Lisboa, o mais notável conjunto de painéis históricos representando as batalhas da Guerra da Restauração¹⁷, trajarem de acordo com as modas da corte de Luís XIII, e onde os fatos dos militares não dife-

11 MATTOS, Gastão de Mello de, «Exército» in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, vol. II, p. 507.

12 ROSA, op. cit., vol. I, p. 14.

13 Estabeleça-se aqui a distinção entre uniforme e farda, segundo a metodologia proposta pelo Cor. Trinité Rosa, podendo aquele ser definido como: «Vestimenta padronizada, de uso regulamentar, para determinada categoria de indivíduos», enquanto por farda se deve entender «...a parte do vestuário que não sendo a cobertura da cabeça, a calça, o calção ou o calçado» ou seja a parte mais significativa do uniforme» ... como sejam a casaca, o casaco ou o dolman...» ROSA, op. cit., vol. I, pp. 12-17.

14 BRAZÃO, *Eduardo, D. Afonso VI*, Porto, 1940, p. 215.

15 CUTILHEIRO, op. cit., vol. I, p. 111A

16 ROSA, op. cit., vol. I, p. 16.

17 MECO, José, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicação Alfa, 1989, p. 102.

rem em nada dos fatos que dois presumíveis civis envergam, num outro painel de azulejos aplicado na fachada nascente do mesmo palácio e que representa uma cena profana.

São modas curiosas as deste período, onde o efeito mais procurado é um certo ar propositadamente «negligé», o que em parte é motivado pela abertura do gibão, que não é abotoado do externo para baixo, de modo a deixar ver os folhos da camisa. Obtendo-se assim um ar rebuscadamente descomposto, que é tão comum observar nas modas francesas coevas.

Podem ser usados sapatos ou botas, quando são preferidas estas últimas aos sapatos, são geralmente em funil, com as rendas das meias a ultrapassar a altura das botas. Também eram comuns quer aos trajes civis quer aos militares as golas de renda rebatidas – os célebres «rabats» e os punhos em renda revirados sobre as mangas do gibão – os «rebras».

No final do século a influência continua a vir de França, onde Luís XIV é Rei, Rei-Sol, numa altura em que todo o mundo segue a corte de Versalhes, nomeadamente Portugal, que faz construir nos arredores de Lisboa um mini Versalles.

Foi nesta altura que o vestuário masculino veio a sofrer profundas alterações, aparecendo o conjunto formado por três peças: casaca; véstia e calção¹⁸, que começando por ser usado no vestuário civil, é rapidamente adoptado pelo vestuário militar.

Pormenor curioso, mas que merece ser referido, o facto de os homens passarem a usar nesta época e para manterem as mãos quentes no Inverno regatos, uso esse que seria extensível aos militares¹⁹. Um chapéu que nesta altura começa a ser usado é o tricórnio, cujo uso se manterá em Portugal, no traje usado pelos cavaleiros na tourada à portuguesa.

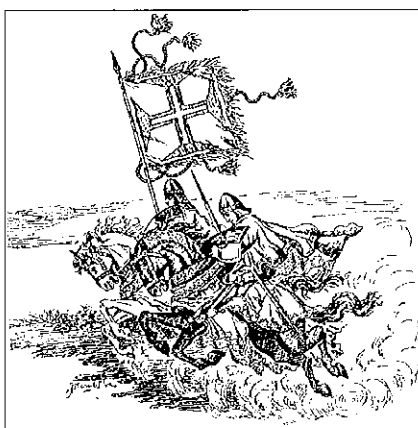
Conclusão

O século XVII deve ser visto como um período fundamental em termos de traje, quer em relação à chamada «moda civil», quer em relação ao traje militar:

Relativamente à primeira, é no princípio deste século que se dá uma das maiores transformações de todos os tempos, passando-se de um vestuário vindo da Renascença com enormes laivos medievalizantes (refira-se aqui a manutenção do uso corrente do gibão), para o conjunto de três peças-calção, véstia e casaca, cujo uso já estava perfeitamente generalizado no final do século e que tanto viria a influenciar todo o traje masculino subsequente²⁰.

Quanto ao traje militar, este seguiu ao longo de todo o século XVII as modas civis, mas fez-se desde logo sentir a vontade de criar uma uniformidade de modo de trajar dos diferentes corpos, sendo por outro lado essa vontade de uniformizar muito marcada em termos de diferenciação do traje militar do traje civil, quer pelas cores usadas, pelos botões e demais adornos e até pela forma das peças usadas, passando-se a partir desta altura a fazer a diferenciação militar/civil, através do vestuário diferente que os militares envergam o que era extremamente inovado, já que até então o que distinguia o militar do civil eram as peças de armamento²¹.

No exército optou-se por tons garridos, o que muito tinha a ver com o modo como então se combatia. Estávamos então e pela primeira vez perante uma clara afirmação da originalidade do traje militar, que passava a vestir de forma idêntica todos os militares, e perante um afastamento propositado da moda civil, fosse esse que uma vez aberto, não mais cessaria de aumentar.



18 RUPPERT, Jacques, *Le Costume*. Paris, Flammarion, 1931, vol. III, p. 14.

19 BOUCHER, François, *Histoire du Costume*. Paris, Flammarion, 1983, p. 262.

20 O actual fato completo, composto de calças, colete e casaco, não é mais do que uma actualização, revista mas não ampliada, antes pelo contrário – empobrecida, do traje masculino dos finais do século XVII.

21 Entenda-se aqui a palavra armamento na sua vertente mais alargada, incluindo o armamento ofensivo e defensivo, ou seja considere-se o capacete como peça de armamento defensivo.